

Reajuste

Senado aprova projeto da recomposição salarial da carreira

Texto segue para sanção presidencial, etapa final do processo legislativo. Dentre as mudanças da nova legislação está o reajuste de 9,22% e correção parcial do bônus pago a aposentados e pensionistas.

•pág 3

Conquista

ANFIP atua em prol do adicional de periculosidade para AFRFB

Portaria da Receita, que disciplina procedimentos para comprovação e ateste dos requisitos individuais e condições caracterizadoras de periculosidade, abre caminho para pagamento do benefício.

•pág 4

IRPF 2026

Servidores podem acessar comprovante de rendimentos no SOUGOV.BR

Documento reúne informações sobre rendimentos e descontos realizados ao longo do ano e é indispensável para a declaração do imposto de renda junto à Receita Federal. Veja como acessar.

•pág 9

ANFIP e Sindifisco estreitam laços para atuação conjunta em pautas da categoria

•pág 2



União de esforços das entidades fortalece defesa dos Auditores Fiscais da RFB



O presidente da ANFIP Nacional, Carlos José de Castro, acompanhado de integrantes do Conselho Executivo da Associação, foi recebido pelo presidente do Sindifisco Nacional, Dão Real, no dia 10 de março, na sede do sindicato, em Brasília.

A visita institucional teve como objetivo fortalecer o diálogo entre as duas entidades e ampliar a parceria na defesa de temas de interesse dos associados. Entre os pontos destacados estão a defesa da Carreira Tributária e Aduaneira e a valorização dos servidores públicos do Poder Executivo.

Durante a reunião, os dirigentes reforçaram o compromisso de atuação conjunta, especialmente nas frentes jurídica e parlamentar, com foco na defesa dos direitos e interesses da categoria.

Para a ANFIP Nacional, a aproximação representa um passo importante para o fortalecimento da carreira, ao priorizar a união de esforços entre as duas entidades em

torno das pautas que impactam diretamente os associados.

Também participaram do encontro, pela Associação, os vice-presidentes Margarida Lopes de Araújo (Serviços Assistenciais), Maria Dorimar Souza (Assuntos Jurídicos), Maria Aparecida Paes Leme (Relações Públicas e Interassociativas), Maria Inês Ávila (Política de Classe e Salarial) e Cássio José de Oliveira (Assuntos Parlamentares), além da assessora especial da Presidência e diretora da ANFIP-SP, Maria Beatriz Fernandes Branco.

Representando o Sindifisco, estiveram, ainda, os diretores Luiz Sérgio Fonseca Soares (secretário-geral), Luiz Cláudio Martins (secretário), Roberto Alvarez (Administração e Finanças), Carlos Frederico Schwochow (diretor-adjunto de Assuntos Jurídicos), Josanne de Araújo (Assuntos de Aposentadoria e Pensões) e Floriano de Sá Neto (Assuntos Parlamentares).

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Albenize Gatto Cerqueira

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima e Ludmila Machado

Estagiárias:
Agnes Sena e Bianca Silva

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

ANFIP
Nacional
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
Ação e Evolução

www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.x.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Senado aprova projeto de lei do reajuste; texto segue para sanção

A ANFIP Nacional acompanhou, no dia 10 de março, no Plenário do Senado Federal, a aprovação, por votação simbólica, do parecer apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (PT/AP) ao Projeto de Lei 5874/2025, que trata do reajuste salarial e da reestruturação de carreiras do Poder Executivo federal.

A sessão deliberativa foi acompanhada pelo presidente da ANFIP, Carlos José de Castro, e pelos vice-presidentes Maria Inês Borges Ávila (Política de Classe e Salarial), Cássio José de Oliveira (Assuntos Parlamentares), Maria Aparecida Paes Leme (Relações Públicas e Interassociativas), Maria Dorimar de Almeida Souza (Assuntos Jurídicos) e Margarida Lopes de Araújo (Serviços Assistenciais), além da assessora da Presidência e diretora da ANFIP-SP, Maria Beatriz Fernandes Branco.

Com a aprovação em Plenário, o texto segue agora para sanção do Presidente da República, etapa final do processo legislativo. Após a sanção, a proposta será transformada em lei e passará a produzir efeitos na estrutura remuneratória das carreiras alcançadas pela medida.

Entre os principais impactos da nova legislação está o reajuste de 9,22% no Vencimento Básico (VB) das últimas classes da tabela remuneratória dos cargos de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB) e Analista Tributário da Receita Federal do Brasil (ATRFB).

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.504,91
	II	28.934,13	31.601,86
	I	28.422,52	31.043,08
PRIMEIRA	III	26.846,11	26.846,11
	II	26.319,73	26.319,73
	I	25.297,70	25.297,70
SEGUNDA	III	24.324,71	24.324,71
	II	23.847,76	23.847,76
	I	22.921,71	22.921,71

A medida entra em vigor a partir de 1º de abril de 2026, com reflexos financeiros a partir de maio próximo.



O texto aprovado também promove correção parcial nos percentuais do Bônus de Eficiência e Produtividade da Administração Tributária e Aduaneira pagos a aposentados e pensionistas, uma demanda histórica das entidades representativas da categoria. Atualmente fixado em 35%, o percentual passará para 52,04% a partir de abril de 2026, igualmente com reflexos financeiros em maio.

PERCENTUAL MÁXIMO DO BÔNUS A SER ATRIBUÍDO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

c) Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, a partir de 1º de abril de 2026:

APOSENTADO/PENSIONISTA	
Tempo como aposentado/pensionista (T1) (Em meses)	Percentual correspondente (%)
T1 ≤ 12	100,00%
12 < T1 ≤ 24	93,00%
24 < T1 ≤ 36	86,49%
36 < T1 ≤ 48	80,44%
48 < T1 ≤ 60	74,81%
60 < T1 ≤ 72	69,57%
72 < T1 ≤ 84	64,70%
84 < T1 ≤ 96	60,17%
96 < T1 ≤ 108	55,96%
T1 > 108	52,04%

A alteração representa um passo importante na correção de uma distorção existente desde a criação do Bônus de Eficiência e Produtividade da Administração Tributária e Aduaneira, que vinha afetando aposentados e pensionistas da carreira ao estabelecer percentuais inferiores aos percebidos pelos servidores da ativa.

Para a ANFIP, a aprovação do projeto no Senado marca um avanço relevante para a valorização da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, além de representar um passo importante na redução de uma injustiça histórica no tratamento dado aos aposentados e pensionistas.

Agora, a expectativa das entidades representativas e dos servidores é pela sanção presidencial, que permitirá a implementação das medidas previstas na nova legislação.

[Acesse aqui](#) a íntegra do PL aprovado e [aqui](#) o parecer apresentado pelo relator.

ANFIP atua para garantir adicional de periculosidade a Auditores Fiscais da RFB



A publicação da [Portaria Conjunta COFIS/COPES nº 135](#), de 9 de março de 2026, divulgada no **Boletim de Serviço nº 48, de 12 de março**, pela Receita Federal do Brasil (RFB), representa um importante avanço no reconhecimento das condições de risco enfrentadas pelos integrantes das Equipes de Fiscalização. A norma disciplina os procedimentos para **comprovação e o ateste dos requisitos individuais e das condições caracterizadoras de periculosidade**, abrindo caminho para o pagamento do adicional de periculosidade aos Auditores Fiscais que atuam nessas atividades.

A conquista é resultado de um processo institucional que contou com a participação ativa da ANFIP Nacional, que há anos defende o reconhecimento das condições de risco inerentes às atividades desempenhadas pelos Auditores Fiscais da RFB nas ações de fiscalização.

Em **30 de julho de 2025**, a Associação encaminhou ao Secretário Especial da Receita Federal, Robinson Sakiyama Barreirinhas, o **Ofício nº 046/PRE-2025, acompanhado de Parecer Jurídico elaborado pelo escritório Farág, Ferreira & Vieira Advogadas e Advogados**, no qual foram apresentados os fundamentos legais e técnicos que demonstram o direito dos Auditores Fiscais ao adicional de periculosidade, diante das situações de risco enfrentadas no exercício das atividades de fiscalização.

Diante da relevância do tema, a Entidade reiterou a solicitação de análise do parecer por

meio do [Ofício nº 053/PRE-2025, de 3 de setembro de 2025](#), reforçando a necessidade de reconhecimento formal desse direito funcional.

A resposta da Receita Federal veio por meio do [Ofício SEI nº 53459/2025/MF, de 11 de setembro de 2025](#), no qual a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas informou que o tema estava sendo objeto de revisão técnica conduzida pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), em conjunto com a Coordenação-Geral de Fiscalização da Receita Federal. O trabalho incluiu **visitas técnicas destinadas à avaliação das atividades desempenhadas pelos servidores das Equipes de Fiscalização**, com o objetivo de verificar, de forma objetiva, as condições caracterizadoras de periculosidade.

De acordo com o comunicado, já haviam sido realizadas **visitas técnicas nas cidades de Florianópolis e São Paulo**, estando previstas novas avaliações na cidade do Rio de Janeiro.

A publicação da Portaria Conjunta COFIS/COPES nº 135/2026 consolida esse processo de análise e representa um **marco importante para a valorização da carreira**, ao reconhecer institucionalmente que determinadas atividades de fiscalização envolvem riscos que justificam o pagamento do adicional de periculosidade.

Para a ANFIP, a medida reafirma a importância da atuação técnica e institucional da Associação na **defesa dos direitos e das condições de trabalho dos Auditores Fiscais da Receita Federal**, demonstrando que o diálogo institucional, aliado a fundamentos jurídicos consistentes, é essencial para o avanço das pautas da carreira.

A Entidade continuará acompanhando a implementação da norma e atuando para assegurar que os Auditores Fiscais que, efetivamente, exercem atividades em condições de risco tenham **seus direitos plenamente reconhecidos e garantidos**.

Mosap prepara mobilização pelo fim da contribuição previdenciária de aposentados

As vice-presidentes de Aposentadorias e Pensões, Lucimar Ramalho, e de Cultura Profissional, Jamile Jabra Malke, participaram, em 11 de março, representando a ANFIP Nacional, de reunião promovida pelo Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap).

Dentre os itens da pauta, foi destaque a análise de estratégias em defesa das propostas legislativas pelo fim da contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados e de pensionistas.

No encontro, que reuniu representantes de diversas entidades que integram o Mosap, os dirigentes apresentaram informações e sugestões objetivando ampliar o apoio institucional às proposições que tratam do tema.

Atualmente, são duas propostas em tramitação no Congresso Nacional: a PEC 555/2006, que prevê o fim da contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas do serviço público, e a PEC 6/2024, que propõe a extinção gradual da cobrança. A articulação dos servidores públicos é no sentido de que a PEC 6/24 seja apensada à PEC 555/06, que está pronta para apreciação em Plenário.



Durante a reunião, Jamile Malke, da ANFIP, lembrou que a pauta representa uma demanda histórica dos servidores aposentados. “Todos sabemos que a PEC 555/2006 nasceu de uma indignação legítima, com o objetivo claro de acabar com a contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas. Mais recentemente veio a PEC 6/2024, que visa uma solução gradual”.

A vice-presidente reforçou que a Associação continua nessa luta pelo reconhecimento do servidor público aposentado: “Não estamos pedindo privilégio, estamos pedindo equidade, justiça previdenciária e respeito institucional”.

O Mosap também prepara uma mobilização no Congresso Nacional, que deve acontecer ainda no mês de março, para dialogar diretamente com os parlamentares e cobrar o avanço da matéria.

Conselheiros prestigiam solenidade posse da Unafisco

A ANFIP Nacional marcou presença na solenidade de posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Unafisco Nacional para a gestão 2026–2028. O evento ocorreu no dia 7 de março, no Palácio dos Cedros, em São Paulo, e reuniu diversos convidados e dirigentes de entidades representativas dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Pelo Conselho Executivo da ANFIP, participaram os vice-presidentes Miguel Nôvo (Executivo), Margarida Lopes de Araújo (Serviços Assistenciais), Jamile Jabra Malke (Cultura Profissional) e Luiz Bomtempo (Assuntos Aduaneiros), junto aos



coordenadores do Conselho de Representantes, Cleide Almeida Nôvo, e do Conselho Fiscal, Ariovaldo Cirelo. A presidente da ANFIP-SP, Marinalva Braghini, também compareceu.

A ANFIP parabeniza os dirigentes empossados da entidade coirmã e deseja sucesso na condução dos trabalhos à frente da entidade.

Visita fortalece parceria entre ANFIP Nacional e ANFIP-DF

O presidente da ANFIP Nacional, Carlos José Castro, acompanhado por integrantes do Conselho Executivo, se reuniu, no dia 12 de março, com a presidente da ANFIP-DF, Léa Mattos. O encontro teve como foco o diálogo sobre interesses dos associados, o alinhamento de objetivos e o fortalecimento da atuação conjunta das duas instituições.

A reunião foi marcada pelo clima de cooperação e reafirmou a boa relação entre a Associação Nacional e a ANFIP no Distrito Federal, bem como a importância da parceria para ampliar benefícios e serviços destinados aos associados. Durante o encontro, foram discutidas iniciativas voltadas à maior integração e desenvolvimento de ações.

Para o presidente Carlos José Castro, a atuação da ANFIP Nacional e da ANFIP-DF deve ser vista de forma complementar. Segundo ele, as duas entidades não devem ser compreendidas como instituições distintas, mas como organizações que trabalham lado a



lado em defesa dos interesses dos associados.

O dirigente destacou ainda a relevância da ANFIP-DF para o fortalecimento da representação na capital federal e defendeu o aprofundamento da integração entre as associações.

Também participaram da reunião a vice-presidente de Relações Públicas e Interassociativas da ANFIP Nacional, Maria Aparecida Fernandes Paes Leme; a assessora especial da Presidência, Maria Beatriz Fernandes; e os diretores da ANFIP-DF Gilberto Pereira e Onésimo Staffuzza, além do associado Jack Marianno Martins Sampaio.

Dirigentes da Associação reúnem-se com presidente da Febrafite



O presidente da ANFIP Nacional, Carlos José de Castro, no dia 11 de março, recebeu na sede da entidade, em Brasília, o presidente da Febrafite (Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais), Rodrigo Keidel Spada, que também é presidente da AFRESP (Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo), em visita de cortesia.

O encontro ocorreu de forma amistosa e contou ainda com a participação dos seguintes

integrantes do Conselho Executivo: Margarida Lopes de Araújo (Serviços Assistenciais), Cássio José de Oliveira (Assuntos Parlamentares), Maria Inês Borges Ávila (Política de Classe e Salarial), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas e Interassociativas) e Maria Beatriz Fernandes Branco (vice-diretora da ANFIP-SP).

Durante a reunião, os participantes dialogaram sobre a atuação das entidades representativas e trocaram impressões sobre temas de interesse das carreiras da área fiscal. Também destacaram a relevância dos servidores públicos na prestação de serviços à sociedade e a importância de fortalecer iniciativas que contribuam para a valorização do funcionalismo brasileiro.

Reunião com a Pública Central do Servidor trata de pautas no Legislativo

O presidente da ANFIP Nacional, Carlos José de Castro, se reuniu no dia 11 de março, em Brasília, com o presidente da Pública Central do Servidor, José Gozze e o vice-presidente da central, Wanderci Polaquini, para tratar de pauta voltada ao fortalecimento da atuação em defesa dos interesses dos servidores públicos.

Neste sentido, os dirigentes analisaram a possibilidade de mobilização conjunta no Congresso Nacional, com o objetivo de ampliar o diálogo com parlamentares e buscar apoio às pautas de interesse do funcionalismo.

José Gozze aproveitou a ocasião para ressaltar a contribuição técnica da ANFIP para o debate nacional. Segundo ele, os estudos produzidos pela Entidade são frequentemente utilizados pela Pública em discussões e posicionamentos institucionais.

“A Pública utiliza com frequência os dados e estudos elaborados pela ANFIP em seus debates e em sua atuação institucional”, destacou o dirigente, ao reconhecer a credibilidade e a qualidade das análises desenvolvidas pela



Associação.

Outro ponto abordado foi a importância da representação das diversas carreiras do serviço público e da construção de unidade entre as entidades em temas convergentes, fortalecendo a atuação institucional.

Também participaram, pela Associação, os vice-presidentes Maria Inês Borges Ávila (Política de Classe e Salarial), Cássio José de Oliveira (Assuntos Parlamentares), Maria Aparecida Paes Leme (Relações Públicas e Interassociativas) e Margarida Lopes de Araújo (Serviços Assistenciais), além da assessoria da Presidência e diretora ANFIP-SP, Maria Beatriz Fernandes Branco.

Comissão Organizadora avança no planejamento do XIX Encontro Nacional

A Comissão Organizadora do XIX Encontro Nacional da ANFIP realizou, em 13 de março, mais uma reunião de trabalho para dar continuidade à definição da programação e dos aspectos estruturais do evento. Esta edição será realizada de **21 a 23 de setembro de 2026**, no Rio Othon Palace, em Copacabana, no Rio de Janeiro, em parceria com a ANFIP-RJ.

Com a condução da coordenadora Jamile Jabra Malke, vice-presidente de Cultura Profissional da Associação, os dirigentes trataram dos detalhes importantes para a realização dos três dias de atividades.

O Encontro Nacional reunirá associados de todo o país para debates, integração



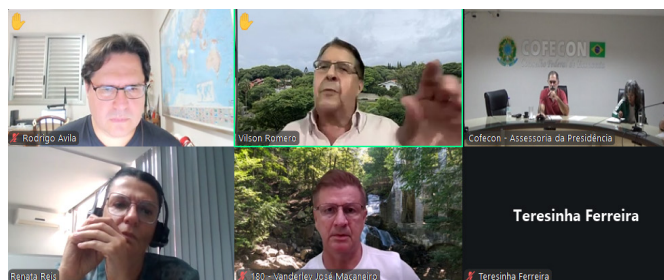
e compartilhamento de experiências, consolidando-se como um dos principais momentos institucionais da Entidade.

Também participaram da reunião, os vice-presidentes Daniel de Assis (Orçamento e Finanças), Lucimar Ramalho (Aposentadorias e Pensões) e Luiz Sprícigo (Administração); e os dirigentes da ANFIP-RJ: José Arinaldo Gonçalves Ferreira e Rosana Escudero.

Fórum pela Redução da Desigualdade Social realiza primeira reunião de 2026

A ANFIP Nacional participou, no dia 12 de março, da 1ª reunião ordinária de 2026 do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social (FNRDS), do qual a Associação faz parte. A Entidade foi representada pelo assessor socioeconômico, Vanderley José Maçaneiro.

Durante o encontro, os participantes apreciaram a ata do encontro anterior e compartilharam informes gerais sobre as atividades desenvolvidas pelas entidades integrantes. Também foram debatidas ações do Fórum para 2026, incluindo estratégias de comunicação e a implantação de um perfil



institucional na rede social Instagram, com o objetivo de ampliar a divulgação das iniciativas do colegiado.

Outro ponto abordado foi o debate sobre as desigualdades sociais e raciais no país, tema que integra a agenda permanente do Fórum e orienta as discussões e iniciativas das entidades.

Estadual

Paceria com Jusprev amplia atendimento para associados do Paraná

Os associados da ANFIP no Paraná passam a contar com um novo serviço de orientação previdenciária. A ANFIP-PR firmou acordo com a Jusprev para oferecer atendimento presencial e personalizado sobre previdência complementar aos associados no estado.

O lançamento do serviço ocorreu no dia 6 de março. Pela ANFIP-PR, participaram o presidente Márcio Humberto Gheller, que também é diretor Jurídico e de Benefícios da Jusprev, e o diretor de Comunicação Social Reinoldo Bento dos Santos. Representando a Jusprev, estiveram presentes a superintendente Deborah Traldi Maggio e a coordenadora de consultoria Camila Schroeter.

Sempre na primeira sexta-feira de cada mês, consultores da Jusprev estarão disponíveis na sede da Associação paranaense para prestar orientações sobre previdência complementar e esclarecer dúvidas sobre o plano de benefícios exclusivo da instituição, o PlanJus.

O serviço é gratuito e tem como objetivo auxiliar os associados no planejamento para



a aposentadoria, com acompanhamento individualizado de especialistas e consultores previdenciários.

Quem pode aderir?

Podem solicitar adesão à Jusprev os associados da ANFIP-PR e da ANFIP Nacional, além de cônjuges, familiares e dependentes econômicos. Entre as vantagens estão taxas reduzidas e a possibilidade de dedução de até 12% das contribuições no Imposto de Renda, conforme a legislação vigente.

Agendamento de consultoria

Os interessados podem agendar atendimento pelos canais abaixo:

- WhatsApp: (41) 3252-3400
- E-mail: consultoria@jusprev.org.br

Imposto de Renda

Comprovante de rendimentos para o IRPF 2026 está disponível no SOUGOV.BR



Servidores públicos do Poder Executivo federal em atividade, aposentados, pensionistas, anistiados políticos e transpostos já podem consultar o comprovante de rendimentos do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), referente ao ano-calendário 2025. O documento reúne as informações sobre rendimentos e descontos realizados ao longo do ano e é indispensável para o preenchimento correto da declaração junto à Receita Federal.

A recomendação é que as pessoas verifiquem atentamente se o comprovante disponível corresponde ao ano-base 2025 antes de iniciar o preenchimento da declaração. Para este ano, o prazo previsto para envio da DIRPF começa em **16 de março** e se estende até **29 de maio**.

O acesso ao comprovante é feito de forma

totalmente digital, pelo autoatendimento do **SOUGOV.BR**, disponível tanto no aplicativo quanto na versão web.

Como acessar o comprovante de rendimentos

1 – Acesse o SOUGOV.BR pelo aplicativo ou pela [versão web](#).

2 – Na tela inicial, vá até a área de Autoatendimento.

3 – Selecione a opção Rendimentos IRPF.

4 – Ao abrir o Comprovante de Rendimentos (IRPF), será exibido o documento mais recente disponível, referente ao ano-base 2025.

5 – Na seção Comprovante de Rendimentos, será possível visualizar o vínculo e realizar o download do documento.

Caso a pessoa possua mais de um vínculo com a administração pública federal, todos os comprovantes serão listados individualmente. Também é possível baixar todos os documentos em um único arquivo selecionando a opção Todos os Comprovantes (Único Arquivo).

Fonte: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Fale com a ANFIP

Geral

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

Aposentadorias e Pensões

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

Comunicação Social

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

Jurídico

3004-9197 (custo de ligação local - atendimento das 14h às 18h)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

Cadastro

E-mail: cadastro@anfip.org.br

Presidência

E-mail: presidencia@anfip.org.br

Secretaria

E-mail: secretaria@anfip.org.br

Serviços Assistenciais

3004-9196 (custo de ligação local)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
You Huul: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Allcare: Whatsapp (11) 3003-5200 /
SAC 0800 941 4962 (atendimento das 8h às 20h, de segunda a sábado, exceto feriados)
Geap: 0800 728 8300